



BR-282

Novo contrato deve ser assinado em outubro

(foto Alberto Neves)



Se a burocracia for vencida, a população daquela região poderá finalmente ter seu pleito atendido

O Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes e a empreiteira ARG assinam até o final de outubro o novo contrato para concluir as obras nos trechos entre São José do Cerrito e Vargem e entre Vargem e o entroncamento da BR-470, em Campos Novos. O termos da contratação

devem estar adequados aos preços e condições determinados em acórdão do Tribunal de Contas da União, de 29 de junho. As informações foram dadas pelo TCU e pelo DNIT, em audiência pública realizada no último dia 30, em São José do Cerrito, pelo Fórum Permanente para a Conclusão da BR-282, presidido pelo deputado Romildo Titon (PMDB).

Página 7

Servidores Públicos

Proposta de plano de saúde é debatida em audiência

Denominada "Santa Catarina Saúde", a proposta do governo para instituição do novo sistema de saúde para os servidores teve sua primeira discussão ampliada em audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça na terça-feira (4). O novo sistema seria administrado pela Secretaria de Estado da Administração, com cobertura financeira do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais.

A alíquota de 4,5% de contribuição mensal foi criticado pelos servidores. Atualmente, o desconto mensal dos salários é de 2,5%. Além disso, a categoria também questionou o percentual de 30% na contrapartida do segurado no uso dos serviços.

As associações médicas e hospitalares representadas na discussão apóiam a instituição de um novo plano que remunere corretamente os profissionais e os serviços de saúde, além de oferecer ampliar os serviços aos segurados.

Página 6

Novas legendas ganham representação na Assembléia Legislativa com as trocas de partido

Página 3

Governo será comandado por chefe do Legislativo

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), assumirá no próximo dia 11 o governo do Estado, após transmitir a chefia do Poder Legislativo catarinense ao



Garcia governará por 12 dias



Herneus presidirá o Legislativo

deputado Herneus de Nadal (PMDB), primeiro vice-presidente da Casa. Ele ficará à frente do Executivo por 12 dias, período em que o governador Luiz Henrique da Silveira estará em missão oficial na China e Alemanha e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, estará viajando em férias.

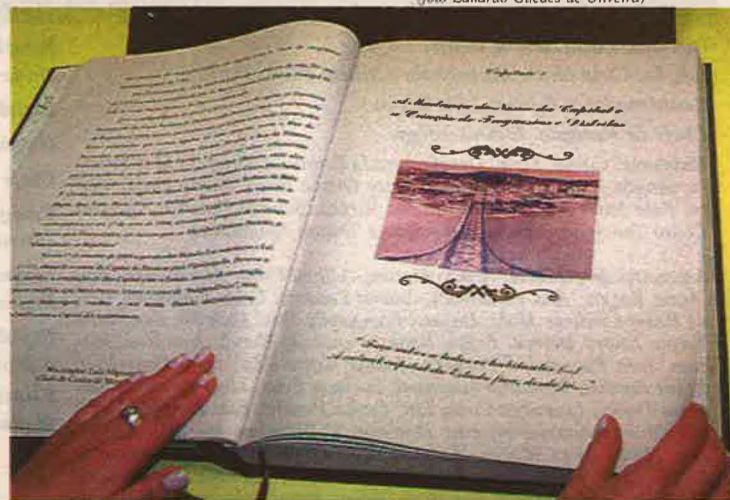
No exercício do cargo de governador, Julio Garcia enviará ao Legislativo um projeto de lei que prevê a destinação de 1% dos recursos do Fundo Social para as APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) de todo o Estado. A distribuição destes recursos será feita pelo número de alunos.

O deputado Herneus de Nadal afirmou que dará continuidade ao "trabalho realizador e harmônico" do atual presidente enquanto estiver presidindo a Casa.

Segundo Herneus, a iniciativa de transmitir o comando do Estado a um parlamentar é uma homenagem que o Executivo faz não somente à figura de seu presidente, mas a todos os 40 deputados. "O Legislativo tem uma ação independente dos demais poderes, mas é imprescindível que se atue em harmonia, como forma de alcançar um bom resultado para Santa Catarina", diz Nadal.

As transmissões de cargos ocorrerão no Plenário Osni Régis, a partir das 10h30min. Primeiro, Julio Garcia passará a Presidência a Herneus, recebendo em seguida o comando do Estado do governador Luiz Henrique. Na atual legislatura, esta é a segunda vez que um presidente do Legislativo assume o governo. Em 23 janeiro de 2004, o então presidente Volnei Morastoni (PT) exerceu o governo por 13 dias. (SD)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Resgate da história

Os 111 anos da mudança de nome da capital catarinense são contados na obra *De Desterro a Florianópolis* (foto), lançada na noite do último 5 pelo Centro de Memória da Assembléia Legislativa. A obra resgata a história vivida na Ilha de Santa Catarina, no período de 1836 a 2005. A partir da descoberta da lei que decretou a mudança de nome, no arquivo permanente do Poder Legislativo, com o apoio da Mesa da Casa foi realizado um intenso trabalho de pesquisa pelos funcionários do Centro de Memória Oswaldo Rodrigues Cabral, resultando nesta publicação, cuja tiragem foi de apenas 30 livros, destinada aos deputados para distribuírem entre entidades e escolas. (SD)

Oportunidades para a juventude

Os números do Censo Escolar 2004 revelam que aumentaram em 20% as vagas de ensino profissionalizante oferecidas no Brasil, desde 2002. O diagnóstico, realizado pelo Ministério da Educação a cada dois anos, foi tornado público esta semana e coincidiu com a divulgação de outro documento importante para a elaboração de políticas voltadas para o jovem, o Relatório Mundial sobre a Juventude, da ONU (Organização das Nações Unidas).

O relatório da ONU, baseado em dados do início da década, ainda não reflete os números do governo Lula, mas a análise do documento comprova que o governo fez a opção correta quando decidiu ampliar os investimentos em educação e reestruturar as escolas técnicas, sucateadas na era FHC. O documento das Nações Unidas orienta justamente os países em desenvolvimento a preparar os jovens para o mercado de trabalho e a conciliar o aprendizado escolar com o não-escolar, este representado pelos conhecimentos e experiências adquiridos fora da sala de aula.

Esta lição de casa o Brasil está fazendo, não apenas com a reestruturação dos Cefets e escolas técnicas de todo o país, mas com a ampliação dos investimentos do governo federal em educação, por meio da criação do Fundeb (Fundo da Educação Básica), que vai permitir a aplicação de R\$

4,3 bilhões anuais no setor, em recursos da União, propiciando a inclusão dos jovens que hoje não chegam ao ensino médio. Para dar qualificação e oportunidade de iniciação no mercado de trabalho, o governo Lula também aposta em programas como o Primeiro Emprego e o Escola de Fábrica.

Graças a uma parceria entre a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) e o Ministério da Educação, Jaraguá do Sul está entre os primeiros municípios do Brasil que participam do projeto Escola de Fábrica, uma iniciativa que vai preparar jovens carentes para o mercado de trabalho. Já foram selecionados 40 jovens que compõem as duas primeiras turmas do curso de formação técnico-profissional em Comércio, Compra e Venda. Cada aluno receberá do MEC uma bolsa-auxílio de R\$ 150,00, durante seis meses, participando de aulas práticas, de formação profissional e de cidadania.

Esse tipo de iniciativa social configura uma espécie de jogo do ganha-ganha. Os jovens ganham apoio e capacitação profissional. O comércio ganha mão-de-obra qualificada. O país ganha em todos os aspectos porque, possibilitando o tão sonhado primeiro emprego, garante cidadania. Temos convicção de que em pouco tempo esse projeto vai se tornar um modelo para todo o Brasil, porque os jovens precisam apenas de oportunidade.

Deputado Dionei Walter da Silva (PT)

Política e ética: temas em simbiose

A Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais), entidade que congrega as Assembleias Legislativas Brasileiras e seus Parlamentares, está envolvida numa cruzada que ousou denominar de "Grito pela ética na política", com o compromisso de oferecer a cada um dos parlamentos estaduais um texto básico e uniforme para que, se foi adotado, se constitua em código de ética e decoro parlamentar.

Tal tema, é, neste momento, mais do que oportuno. É necessário. A síntese temática do que a Unale apresenta está configurada no princípio da transparência da ação parlamentar, pela publicação regular de seu patrimônio físico-financeiro e o conjunto de seus atos públicos.

Trabalha, igualmente, o controle social como uma forma eficiente de criar a cultura ética tão necessária nestes tempos atuais.

Ao estabelecer os deveres fundamentais e os procedimentos de conduta obrigatórios a todos os parlamentares, cria, não mais e apenas um texto legal, mas, além disso, dá à sociedade os mecanismos e as ferramentas de que possa dispor para construir uma cultura de valores que alimente novos procedimentos para todo o conjunto da sociedade.

Ao propor o fim do nepotismo até o cará-

ter de parentesco em segundo grau e estabelecer clara distinção para a exigência ética de comportamento e de ação, fixa a obrigatoriedade do exercício da fiscalização dos bens e valores públicos e o dever de denunciar publicamente qualquer ato que comprometa esta determinação e todas as que a constituição fixa como crimes contra a administração pública.

Para a Unale, política e ética não podem e não devem estar dissociadas, porque tanto uma quanto a outra tem o condão de buscar o bem comum, de harmonizar os interesses particulares com os interesses públicos e o de criar um mínimo de coesão social.

A UPM, especialmente por seu Bloco Brasileiro, mas igualmente a entidade que congrega os parlamentares do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile que tenho a honra de presidir, tenho certeza, encontrarão neste tema, não um dilema a ser enfrentado, mas uma solução a ser construída e conquistada para o benefício, não apenas da política e dos políticos, mas em especial, para aqueles que são razão primeira e única da nossa existência, que são as pessoas humanas, destinatárias de toda a ação pública, política e ética.

Deputado Celestino Secco (PP)

Rádio firma parceria com RDP Internacional

No sábado (8), das 4hs às 8hs, e no dia 15, no mesmo horário, a Rádio Alesc Digital estará transmitindo para toda a Europa o programa *Manhãs de Sábado*, realizado pela RDP (Rádio Difusão Portuguesa) Açores Antena 1. A equipe do programa, composta pelo repórter José Joaquim da Silva, e pelo apresentador Mário Jorge Ferreira, está em Florianópolis a convite do IGO-EF (Instituto de Geração de Oportunidades de Emprego de Florianópolis) que este ano está homenageando a cultura açoriana. A festa acontece no Centrosul até 9 de outubro.

Segundo Mário Jorge, o programa, que irá completar dez anos em novembro, faz uma ponte en-

tre o passado e a história; os nomes, lugares e os valores da cultura açoriana que se pretende preservar. Realizado nos Açores, *Manhãs de Sábado* conta com convidados em todas as ilhas que compõem o arquipélago. "Florianópolis pode ser considerada a décima ilha dos Açores, pois mantém tradições importantes, além da culinária", afirmou.

José Joaquim considera interessante mostrar aos açorianos que a cultura mantém unidos os povos. "No Canadá e Estados Unidos, os açorianos se afastaram de sua cultura. Aqui isso não ocorreu e achamos importante estreitar relações." Nos Açores o programa será transmitido nos dias 7 e 11 de outubro. (TK)

Campanha contra a baixaria na TV

Como o dia 9 de outubro é o Dia Nacional Contra a Baixaria na TV, a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" realizará, no domingo (9), a segunda edição com o slogan deste ano: "Sintonize a ética na TV". A campanha convida todos a sintonizarem as programações das emissoras públicas - TV Nacional, TV Câmara, TV Senado, TV NBR, TV

Justiça e todas as emissoras associadas à Abepec (Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), além das televisões legislativas e universitárias, e das TVs comunitárias, como TV Escola e Canal Futura. A convocação foi feita pelo presidente do Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia, deputado Paulo Eccel (PT). (DAB)

Agenda

Dia 10, 19h - Sessão solene em homenagem aos motoristas de ambulância de Santa Catarina
Local: Plenário

Dia 11, 10h30min - Transmissão do cargo de governador ao deputado Julio Garcia (PFL) e de presidente da Alesc ao deputado Herneus de Nadal (PMDB)
Local: Plenário

Dia 11, 19h - Sessão solene alusiva aos 93 anos da Batalha do Irani - início da Guerra do Contestado
Local: Plenário

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)
2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
Fax: 223-7021
alnoticias@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira
Coordenadora: Cármen Leite Rovira
Chefe de Redação: Rubens Vargas
Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nícolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Viór Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins
Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Trocas de partido mudam composição do Legislativo

Novidades marcam o início do mês de outubro no Parlamento catarinense, a partir da filiação de deputados a legendas que antes não estavam representadas na Casa.

Recém-saído do PT, o deputado Afrânio Boppré oficializou, no último dia 29, seu ingresso no P-SOL (Partido Socialismo e Liberdade) assumindo, consequentemente, a liderança da sigla. A decisão do parlamentar reduziu a bancada petista de nove para oito deputados que, no começo deste ano, com a eleição de Volnei Morastoni para a prefeitura de Itajaí, abriu espaço para o suplente Vanio dos Santos assumir.

O Partido Progressista, que iniciou a atual legislatura ainda sob a sigla PPB (Partido Progres-

sista Brasileiro) com 10 deputados, com a ida de Altair Guidi, no primeiro semestre, para o PPS – legenda da qual é líder na Casa –, ficou com seis. O deputado Nilson Nelson Machado - Duduco, que estava sem partido desde que deixou o PP, em março de 2004, assinou ficha no PDT há duas semanas.

O PTB, que contava dois deputados, tem agora somente Narcizo Parisotto, líder da sigla na Casa, já que, na primeira semana de outubro, o deputado Sérgio Godinho filiou-se ao PSB, assumindo sua liderança.

Com as últimas mudanças, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina passa a ter representados 11 partidos: P-SOL, PPS, PT, PMDB, PP, PFL, PSDB, PL, PTB, PDT e PSB. *(Veja quadro)*



Afrânio deixou o PT e é líder do P-SOL na Casa



Antônio Ceron lidera a bancada do PFL



O PSDB é liderado por Clésio Salvaro



Deputado Duduco representa e lidera o PDT



Bancada petista é liderada por Paulo Eccel



Godinho filiou-se ao PSB, do qual é líder



O PPS tem Guidi como representante e líder



Os peemedebistas têm como líder Manoel Mota



A deputada Odete de Jesus lidera o PL



Narcizo Parisotto é líder do PTB



Celestino Secco comanda a bancada do PP

A composição original	O que mudou
Afrânio Boppré (PT)	Filiou-se ao P-SOL sendo seu líder na Casa
Altair Guidi (PP)	Filiou-se ao PPS, legenda que lidera na Alesc
Ana Paula Lima (PT)	PT
Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)	PP
Antônio Ceron (PFL)	Líder do PFL
Celestino Secco (PP)	Líder do PP
Cesar Souza (PFL)	PFL
Clésio Salvaro (PFL)	Filiou-se ao PSDB em 2003. Lidera a legenda na Casa
Dionei Walter da Silva (PT)	PT
Djalma Berger (PFL)	Ingressou no PSDB em 2003 e assumiu cargo na administração da capital em junho de 2005, deixando sua vaga para o suplente, deputado José Carlos Vieira (PFL)
Francisco Assis Nunes (PT)	PT
Genésio Goulart (PMDB)	PMDB
Gilmar Knaesel (PP)	Deixou o PP em 2003, filiando-se ao PSDB. Sua vaga está sendo ocupada pela deputada Simone Schramm , que também deixou o PP, filiando-se ao PMDB
Herneus de Nadal (PMDB)	PMDB
João Henrique Blasi (PMDB)	Assumiu a secretaria da Segurança em 2003. Em seu lugar entrou o suplente Manoel Mota (PMDB). Blasi retornou ao Legislativo em abril de 2004 e é líder do governo. Mota permanece, na vaga deixada pelo deputado Moacir Sopelsa *
João Paulo Kleinübing (PFL)	Venceu as eleições em Blumenau em 2004. Sua vaga ficou com Antônio Aguiar . Aguiar deixou o PFL para ingressar no PMDB, em 2005
João Rodrigues (PFL)	Venceu as eleições em Chapecó e sua cadeira está ocupada por Gelson Merísio (PFL)
Joares Ponticelli (PP)	PP
Jorginho Mello (PSDB)	PSDB
José Paulo Serafim (PT)	PT
Julio Garcia (PFL)	Eleito presidente da Assembléia em fevereiro de 2005
Lício Mauro da Silveira (PP)	PP
Dado Cherem (PSDB)	Assumiu a Secretaria Estadual da Saúde em 2004, deixando sua vaga para o suplente Francisco Küster (PSDB)
Mauro Mariani (PMDB)	Assumiu a Secretaria Estadual de Infra-estrutura em 2005. Sua cadeira está sendo ocupada pelo suplente Gelson Sorgato (PMDB)
*Moacir Sopelsa (PMDB)	Assumiu a Secretaria Estadual da Agricultura em fevereiro de 2003. Em seu lugar entrou Ronaldo Benedet (PMDB), que deixou a vaga para conduzir a Secretaria da Segurança Pública, no lugar de Blasi. A cadeira está com o suplente Manoel Mota (PMDB) , líder da bancada
Narcizo Parisotto (PTB)	PTB
Nelson Goetten (PP)	Filiou-se ao PFL ainda em 2003
Nilson Nelson Machado - Duduco (PP)	Deixou a legenda em 2003 e filiou-se ao PDT em 2005
Odete de Jesus (PL)	Líder da legenda na Casa
Onofre Agostini (PFL)	PFL
Paulo Eccel (PT)	Líder da legenda na Casa
Pedro Baldissera (PT)	PT
Reno Caramori (PP)	PP
Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)	PMDB
Romildo Titon (PMDB)	PMDB
Sérgio Godinho (PTB)	Filiou-se ao PSB em 2005, líder da legenda
Valmir Comin (PP)	PP
Volnei Morastoni (PT)	Eleito prefeito de Itajaí. Sua cadeira está com Vanio dos Santos (PT)
Wilson Vieira - Dentinho (PT)	PT

Títulos de Cidadão Catarinense são entregues

Uma sessão solene repleta de autoridades, a Assembleia Legislativa concedeu, na noite de terça-feira (4), o título de Cidadão Catarinense ao prefeito de Chapecó e ex-deputado estadual, João Rodrigues (PFL), e ao empresário radicado em Xaxim, Ulisses Antônio Vicenzi. Proposta pelo deputado Gelson Merísio (PFL), a sessão

homenageou dois gaúchos radicados em Santa Catarina e que, de acordo com o parlamentar, contribuíram para o crescimento do oeste catarinense. "Falar desses homens é falar de uma parte do oeste. João Rodrigues é nosso grande líder da região e Vicenzi a fez crescer", disse Merísio.

João Rodrigues nasceu em São Valentim e com 17 anos alistou-se na Marinha, onde perma-

neceu durante quatro anos. Depois iniciou sua carreira como radialista, transmitindo jogos de futebol e apresentando programa policial. Começou na política como vice-prefeito de Pinhalzinho, em 1997. Em 2002, renunciou ao mandato e foi eleito deputado estadual e, no ano passado, venceu o pleito em Chapecó.

O empresário Ulisses Antônio Vicenzi nasceu em Guaporé e em meados de 1944 mudou-se para Xaxim. Desde jovem, auxiliava o pai nos negócios da família. Com 17 anos comprou seu primeiro caminhão e após um ano já estava transportando para os estados do Paraná e São Paulo. Hoje, o empresário lidera o grupo denominado Total Brasil Empreendimentos, que atua nas áreas de transportes e logística de cargas.

"É uma homenagem justa e merecida, pois são duas personalidades que se destacam na região e no Estado. Dois gaúchos de nas-



João Rodrigues e esposa com o deputado Gelson Merísio

cimento, mas dois catarinenses por adoção, salientou o deputado Antônio Aguiar (PMDB). Reno Caramori (PP) afirmou que são dois exemplos a serem seguidos e que o Estado ganhou duas personalidades de extrema importância. Herneus de Nadal (PMDB), 1º vice-presidente da Casa, lembrou que são dois homens que demonstraram seu trabalho com firmeza e capacidade.

Também estiveram pre-

sentados à sessão os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Antônio Ceron (PFL), Francisco Küster (PSDB), Altair Guidi (PPS), Narcizo Parisotto (PTB), Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT), Gelson Sorgato (PMDB), Jorginho Mello (PSDB), o secretário de Articulação Estadual, Lírio Rosso, e o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro José Carlos Pacheco. (GMP)



Merísio entrega a placa com a homenagem a Vicenzi, que veio com a esposa

Centenário da empresa Leonardo Sell é comemorado em sessão solene

A empresa de bebidas Leonardo Sell, de Rancho Queimado, fabricante do guaraná Pureza, completou 100 anos de atividades e foi homenageada na noite de segunda-feira (3) com uma sessão solene requerida pelo deputado Afrânio Boppré (P-SOL). O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), presidiu a solenidade, que teve a presença do sócio-diretor da empresa, Ademar Sell, do ex-governador do Estado, Ivo Silveira,

do prefeito de Rancho Queimado, Valcir Hugen (PMDB), e de representantes da família Sell.

Boppré comentou que é consumidor do guaraná Pureza, o que, segundo ele, provoca curiosidade nos garçons que o servem. "Explico que prefiro prestigiar o produto de uma empresa catarinense, que é muito importante para a economia do Estado, do que pagar por uma Coca-Cola, fabricada por uma multinacional que ali-

menta o imperialismo mundial", argumentou.

História - O gerente comercial da empresa, Sérgio Murilo Sell, fez um resumo da história da empresa, que começou como fabricante de cerveja e atualmente só fabrica refrigerantes, tendo no guaraná Pureza seu carro-chefe. "Começamos com uma produção caseira, na qual os trabalhadores eram apenas a família e os amigos. Hoje, nossa produção é automatizada, mas con-

tinuamos como uma empresa familiar, também preocupada em gerar empregos."

Emocionado, o gerente administrativo, Ademar Sell, agradeceu à Casa pela homenagem e comentou que nesses 100 anos a maior preocupação da família são os clientes. "Essa satisfação é garantida graças ao empenho de nossos funcionários. Alguns nos acompanham há muitos anos e cresceram junto com a empresa." (TK)



Ademar Sell recebe os cumprimentos dos deputados Afrânio, Lício Mauro e Jorginho

Anita Garibaldi sedia seminário da Escola

Prefeitos, vereadores, secretários municipais e servidores de 12 Câmaras municipais de Vereadores participaram no dia 30 de setembro, em Anita Garibaldi, da quinta etapa do I Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal. O Seminário é promovido pela Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo - presidida pelo deputado Celestino Secco (PP) -, em parceria com a Uveres (União dos Vereadores da Região Serrana) e o programa Interlegis, do Senado.

O presidente da Câmara de Vereadores de Anita Garibaldi, José Antunes de Oliveira, destacou a importância da temática para a atuação dos vereadores. "Com um vereador bem informado, quem ganha é o povo", enfatizou. O prefeito do município, Rui Cândido Duarte (PMDB), falou sobre as dificuldades das administrações públicas e da necessidade de todos se aprimorarem para alcançar uma melhor qualidade nos serviços prestados à população.

A vereadora de Lages, Cristina Subtil, representou na solenidade de abertura o presidente da Uveres, Cidinei Marcon, que participou de parte da programação. Ambos destacaram a bem-sucedida parceria entre a entidade e a Escola do Legislativo, oferecendo aos agentes políticos a possibilidade de aprimorarem seus conhecimentos.

A diretora da escola, Carla Maria Vieira Pedrozo, agradeceu o apoio da Uveres e da Câmara do município para a realização do evento, que contou com a presença de três prefeitos, seis presidentes de Câmaras, seis presidentes de Câmaras, vice-presidentes, secretários municipais e dezenas de vereadores e servidores. "Estas parcerias visando maior aproximação do Legislativo estadual com o Legislativo municipal vêm dando certo, e deverão ser ampliadas", disse.

No dia 21 deste mês, acontece a sexta etapa do seminário em Otacílio Costa. (MHT)

COMISSÕES

Inclusão e igualdade raciais

Discussão aperfeiçoa projeto de lei

(foto Solon Soares)

Com o objetivo de promover a igualdade e a inclusão racial em Santa Catarina, a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), promoveu no dia 30 audiência pública para discutir ações afirmativas de igualdade racial e valorização da população negra e afrodescendente. O evento reuniu representantes de diversas instituições e de governos que mostraram a experiência em pro-

gramas já em andamento, que servirão para aperfeiçoar o Projeto de Lei nº 482/03, de autoria dos deputados petistas Wilson Vieira - Dentinho e Dionei Walter da Silva.

A proposta institui o Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade e de Inclusão Racial no Estado. "Sou contra a discriminação e vou lutar a favor da aprovação dessa lei", resumiu a deputada Odete de Jesus (PL), ao abrir os trabalhos que transcorreram durante todo o dia.

A proposta atende a preceitos constitucionais de combate ao racismo e à discriminação, garante legalmente a igualdade de oportunidades, pesquisas qualitativas com o objetivo de identificar a incidência de doenças que atinjam em sua maioria a comunidade negra e afrodescendente, campanhas públicas de combate ao preconceito em emissoras de rádio e TV educativas do Estado, entre outros. "A sociedade ainda tem em si o espírito racista e estamos aqui para tentar mudar isso", afirmou Dentinho.



Audiência Pública

Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, e Família e à Mulher

Proposta dos deputados Dentinho e Dionei recebeu diversas sugestões através dos rela

Ações afirmativas

A instituição do PAB (Projeto Antonieta de Barros) pela Assembléia Legislativa, e do Projeto Política de Ação Afirmativa de Diversidade Étnica na Universidade, realizado pela Udesc, de Jesus Francisco Cardoso, integrante do NEAB/Udesc (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros). O PAB oportuniza a jovens em situação de risco estágios remunerados nos diversos setores da Assembléia e nos gabinetes. Marilu Lima de Oliveira, que coordena o Antonieta de Barros, também participa do programa desenvolvido pela Udesc. "O projeto visa dar oportunidade para mulheres acima de 40 anos, que já lecionavam sem formação ou para aquelas que possuem o segundo grau completo", afirmou.

tivamente o caminho para entrar no mercado de trabalho, além de permitir o amplo exercício da cidadania que lhes pertence. "Aqui podemos expressar nossas idéias", afirmou. Silmara Regina da Rosa, nete do deputado gabinete Mendonça - Peninha (PMDB), acrescentou que a oportunidade de participar do projeto fez com que se interessasse mais pelo mundo da política, permitindo sua instrução na hora de votar. "Aqui não sofremos discriminação, temos um relacionamento igual entre todos", destacou.

Uma das experiências foi relatada por Maria Conceição Pereira, responsável pela Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Itajaí. Ela destacou o pioneirismo da iniciativa, única ainda no Estado, e a I Conferência de Promoção de Igualdade Racial, que reuniu mais de 100 participantes. A coordenadoria está elaborando o plano ações para o município. "Quando o Estado ou o município quer, as coisas se realizam. É preciso que todas essas ações aqui discutidas saiam do papel".

O evento contou com relatos do professor Marcelo Augusto de Souza, do Grupo de Etnia, Classe e Gênero da Apufsc (Associação dos Professores da UFSC), que pediu a inclusão dos índios nos debates e o engajamento de lideranças e brancos na luta contra a discriminação; da presidente do Conselho Estadual de Populações Afrodescendentes, Vera Fermiano, que traçou uma trajetória das mulheres negras no período pós-escravocrata; do sociólogo e subsecretário de Políticas de Ações Sociais Afirmativas da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) da Presidência da República, João Carlos Nogueira, que falou sobre a importância da medida, que deve ser mantida. (TM/GMP/SCT/RV/SD)

Economia aprova substitutivo ao Código do Contribuinte

A Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Gelson Merísio (PFL), aprovou no dia 5 emenda substitutiva global ao Projeto de Lei nº 95/05, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina. O projeto é de autoria das lideranças dos partidos na Casa e a emenda foi apresentada pelos deputados pefelistas Antônio Ceron e Gelson Merísio, que é o relator.

Merísio destacou que a emenda não alterou o princípio original do projeto, mas fez ajustes técnicos para evitar problemas na tramitação. A elaboração da emenda teve a participação da Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Ca-

tarina) e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Com sua aprovação, o projeto agora volta para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Há também um requerimento da Presidência da Casa, assinado pelos líderes, solicitando a volta da proposição à Comissão de Tributação e Finanças. Nesta Comissão, a matéria não chegou a ser apreciada porque perdeu o prazo.

Além de Gelson Merísio, participaram da reunião os deputados Jorginho Mello (PSDB) e Sérgio Godinho (PSB), membros da Comissão, Wilson Vieira - Dentinho (PT), representando o deputado Vanio dos Santos (PT), e Reno Caramori (PP), representando o deputado Joares Ponticelli (PP). (MAP)

CCJ rejeita taxa de vigilância animal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), realizada na terça-feira (4), além de provocar muitas discussões. O diretor de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura, Roni Barbosa, justificava a medida como forma de corrigir distorções instituídas em 2002. A proposição rejeitada estabelecia o valor de R\$ 10,00 para aquisição de guia de trânsito para cães e gatos e de R\$ 0,30 para o setor leiteiro a cada mil litros recebidos pela indústria, sendo que esta taxa seria dividida entre o produtor e o laticínio.

Os valores recolhidos com a taxa seriam destinados ao Fundo de Sanidade Animal e repassados na propor-

de febre aftosa; 30% para indenizações de outras doenças infectocontagiosas e 20% para a Cidasc, que vem a ser o órgão executor da Vigilância Animal.

O deputado progressista Antônio Carlos Vieira - Vieirão sugeriu que antes de projetos deste tipo serem encaminhados pelo governo, os produtores sejam questionados, principalmente os do setor leiteiro, sobre qual será o impacto de uma nova taxação. "Minha preocupação é com a forma fácil de tributar os outros. Temos que pensar no impacto global de valores. Atualmente, são produzidos 800 milhões de litros/ano. É nisso que nos baseamos para a taxação", afirmou.

Legislativo

A presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, deputada Ana Paula Lima (PT), informou durante reunião, na manhã do dia 5, as datas de realização dos encontros que integram o novo ciclo da Jornada Catarinense da Infância e Adolescência Protegidas, da

Paraná de Jornada

A Assembléia Legislativa participa, Os Comissários. Os encontros serão realizados em Criciúma (31/10), Joinville (16/11), Blumenau (17/11), Itajaí (18/11), Lages (21/11), Chapecó (24/11), Joaçaba (25/11) e Florianópolis (28/11) (SD)

motoristas de ambulância. A homenagem, uma iniciativa do deputado Onofre Agostini (PFL), está marcada para as 19 horas e os profissionais receberão diploma de honra ao mérito. A data marca ainda o Dia do Motorista de Ambulância, também de autoria do deputado Onofre, que foi o autor do projeto de lei - já sancionado pelo governador - que instituiu o dia 10 de outubro como a data comemorativa destes profissionais.

De acordo com Onofre, "os motoristas de ambulância são pessoas abnegadas, trabalhadores dinâmicos que estão sempre imbuídos dos melhores ideais, operando verdadeiros desafios ao vencerem distâncias, tudo em função do cumprimento do dever, em louvor da profissão esco-



Onofre é o autor da proposição

lhida. Não são apenas motoristas. São, acima de tudo, homens de bom ânimo, dedicados aos doentes, que compreendem e auxiliam sem nada exigir", concluiu. (Liderança do PFL)

PP e PMDB discutem eficiência das secretarias regionais

O modelo de administração estadual, que conta com 30 SDRs (Secretarias de Desenvolvimento Regional), foi defendido em Plenário pelo deputado Romildo Titon (PMDB) no último dia 5, em resposta às críticas feitas na sessão anterior pelo deputado Joares Ponticelli (PP).

Usando matéria publicada pelo *Jornal de Santa Catarina*, intitulada "Luiz Henrique cobra mobilização de regionais", Ponticelli afirmou que o governador reconheceu a ineficiência das SDRs. Segundo a reportagem, Luiz Henrique pediu aos secretários regionais que intensifiquem a divulgação do trabalho realizado pelas respectivas pastas. O pedido foi feito no encerramento da reunião do Colegiado, realizada em Rio do Sul, e que teve a participação dos 30 secretários regionais.

"Somente na regional de Campos Novos tivemos nesse governo um investimento de R\$ 35 milhões", respondeu Titon. O peemedebista destacou que R\$ 8 milhões foram investidos em

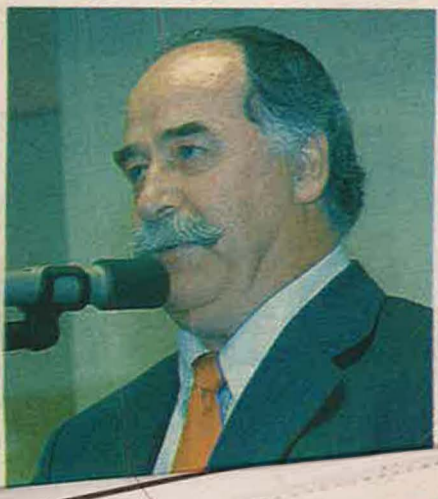
reforma e ampliação de escolas, bem como na construção de ginásios escolares. "Nas outras administrações, as escolas da nossa região estavam em péssimas condições", disse, destacando os investimentos feitos na cidade de Brunópolis.

Segundo ele, R\$ 760 mil foram investidos na construção de um ginásio e na reforma e ampliação da Escola de Educação Básica Nadir Becker. "Foram R\$ 3,6 milhões que o governo de Santa Catarina aplicou em Brunópolis", completou. Além da escola, foram feitos investimentos na pavimentação do acesso ao município, construção de um outro ginásio escolar e reforma e ampliação dos postos de saúde.

O deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB), em aparte, garantiu que o Estado tem feito obras no Vale do Itajaí, base eleitoral de Peninha, com a mesma intensidade. "Isso não é milagre, é a descentralização, a vontade de aplicar nos pequenos municípios", concluiu. (MAP)



Ponticelli: "LHS támbém"



atenção integral aos portadores do mal de Parkinson no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). A proposição estabelece que seus portadores sejam tratados em todas as manifestações clínicas. A doença é uma perturbação degenerativa e lentamente progressiva do sistema nervoso, que apresenta características particulares como tremor em repouso, lentidão na iniciação de movimentos e rigidez muscular.

O projeto é de autoria do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) e prevê ainda que a direção do SUS, estadual e municipal, garantirá o fornecimento universal dos remédios necessários, além de outras formas de tratamento.

A doença de Parkinson afeta cerca de 1% da população com mais de 65 anos e 0,4% da população com mais de 40 anos. Atualmente, não existe nenhuma prevenção ou cura para a doença, porém, "há uma variedade de medicamentos disponíveis para tratamento dos sintomas da doença", explica o deputado Dentinho, que também é portador de Parkinson, desde 1998. "Sou conhecedor dos problemas de quem não tem condições de realizar qualquer tipo de tratamento ou acompanhamento fora do SUS", afirmou.

O deputado informou também que pretende propor a ampliação da proposta para outros tipos de enfermidades que estão descobertas de atendimento público.

Contratação temporária

Proposta de origem governamental, o Projeto de Lei nº 201/05 foi aprovado na sessão do dia 5. Trata da contratação temporária e prestação de serviço voluntário na atividade de salvamento aquático. O Executivo argumenta que a matéria, além de primar pelo princípio da legalidade, é uma importante ação na proteção e salvaguarda dos veranistas que freqüentam as inúmeras praias do litoral catarinense durante a temporada de verão. (RV)

Moção

Com o objetivo de averiguar as denúncias veiculadas pela imprensa sobre o envolvimento de árbitros de futebol na manipulação de resultados de jogos do campeonato brasileiro, foi aprovado no dia 27 o envio de uma moção, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), ao presidente do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), Luiz Zveiter. "Se não bastassem as denúncias políticas, temos as denúncias do futebol", disse o deputado.

O time catarinense do Figueirense, pelo que vem sendo mostrado pela imprensa, foi um dos prejudicados pelo árbitro, que admitiu ter favorecido o Vasco no confronto vencido pela equipe carioca por 2 a 1. "Se perder no campo e cair para a segunda divisão, nós nos conformamos. Mas perder no apito, não", disse o Onofre sobre a possibilidade do Figueirense cair do campeonato B do campeon-

Taxa extinta

Na justificativa de que o custo de acesso da população à prestação jurisdicional realizada pelo Poder Judiciário é comumente bastante alto, o deputado Onofre Agostini (PFL) apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 3/05, aprovado pelos parlamentares na tarde do dia 5. Este projeto extingue a cobrança da taxa para desarquivamento de processos, inclusive busca, no âmbito do Poder Judiciário.

Onofre frisou que muitas pessoas deixam de buscar os seus direitos na Justiça por este motivo, ressaltando que é de domínio público que a assistência judiciária não consegue suprir a demanda de pedidos dos cidadãos catarinenses. (RV)

TEF

Aprovado na sessão de quarta-feira (5), o requerimento de autoria do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) que pedia regime de prioridade para a tramitação do projeto de lei que isenta as micro e pequenas empresas da obrigatoriedade do uso da TEF (Transferência Eletrônica entre Fundos). O deputado afirmou que a proposta seja votada em Plenário nos próximos 30 dias.

A preocupação do parlamentar é com os micro e pequenos empresários, que ficam sem resguardo legal para utilização do cartão de crédito sem a TEF, caso o projeto continue parado na Comissão de Constituição e Justiça. Além disso, ele argumenta que o final de ano está próximo e há necessidade da aprovação e aplicação do projeto antes deste período.

da Comissão.

Representantes do governo do Estado, Sintespe (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Santa Catarina), Associação Catarinense de Medicina, Conselho Regional de Medicina, Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa, Federação dos Hospitais de Santa Catarina expuseram suas posições e questionamentos aos parlamentares.

Denominado "Santa Catarina novo sistema será..."

Maurino, na tribuna, argumentou que servidores estão sem reajuste há 10 anos

penalizando os servidores que há 10 anos não têm reajuste salarial digno. Apelo para o governo reveja nosa política salarial", afirmou o vice-presidente do Sintespe, Maurino Silva.

A Associação Catarinense de Medicina, presidida por Vitoriano João Leal da Cunha, apoia

reivindicou re-justa nos presidente do Conselho Regional de Medicina. Wilmar de Athayde Gerent, considerou prudente a discussão e acreditou que o novo sistema proposto porque melhora o atendimento

do governo deputado João (PMDB). (RMPP)

Lideranças políticas buscam solução para barragens

Em reunião com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e lideranças do Médio e Alto Vale do Itajaí solicitaram que o governo federal divida com o Estado e municípios, através de consórcio, a responsabilidade sobre a manutenção das barragens do Médio e Alto Vale do Itajaí. A informação foi dada pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) em Plenário, no último dia 29. Segundo ele, o ministro mencionou com a possibilidade de recuperar as barragens de José Boiteaux, Taió e Ituporanga e recursos para socorrer os índios que vivem na reserva próxima à Barragem Norte, em José Boiteaux.

De acordo com Peninha, na época da construção, há mais de

20 anos, o governo federal prometeu recursos para obras de infra-estrutura nos arredores da aldeia indígena, como estradas de contorno, e que não foram cumpridas. "Dividir a responsabilidade das barragens com o Estado e municípios permitirá, no caso de José Boiteaux, que os índios possam liberar a área e acabar com os danos provocados às máquinas e equipamentos da barragem", ressaltou o parlamentar.

Ele também afirmou que vai solicitar audiência pública para tratar dos problemas enfrentados por famílias de agricultores que não foram indenizadas pelo governo federal, com a construção do Parque Nacional do Vale do Itajaí, no ano



Peninha trouxe informações novas

passado. O problema, segundo o parlamentar é o mesmo ocorrido no Parque Nacional de São Joaquim, onde agricultores aguardam há mais de 40 anos a indenização por suas terras. (RMPP)

Ponticelli denuncia irregularidades em leilões do Estado

Baseado no Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1982, que regulamenta a profissão de leiloeiro público e o proíbe de adquirir bens para si ou para familiares, o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, denunciou, em sessão no dia 28 de setembro, essa prática, pelo leiloeiro público Lúcio Ubialli. Segundo o parlamentar, há provas de que Ubialli teria comprado, assim como seus familiares, um grande volume de bens, a preços bem abaixo do mercado.

Ponticelli informou que Ubialli, que já foi prefeito de Siderópolis pelo PMDB, mantém relações de amizade e sociedade, em um escritório de

advocacia de Criciúma, com o secretário estadual da Segurança Pública, Ronaldo Benedet. "É comum ver os dois amigos conversando nos corredores onde ocorrerão os leilões, em uma clara situação de tráfico de influências. Benedet precisa se explicar."

O deputado informou que Ubialli tem sido o leiloeiro oficial dos últimos grandes leilões que ocorreram no Estado e amanhã (29) ele fará o leilão do Badesc. "Vamos ao Ministério Público pedir auxílio no esclarecimento deste fato, já que temos provas, como escrituras, certidões de casamento e nascimento que incriminam Ubialli", finalizou Ponticelli. (TK)

Godinho apela para que governo suspenda decreto

O deputado Sérgio Godinho (PSB) fez um apelo ao Executivo e ao líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), pedindo a revogação do Decreto nº 3.194, de 7 de junho de 2005. A solicitação foi manifestada da tribuna, na sessão do dia 5. O decreto obriga os compradores de carro a fazerem o registro cartorial do contrato de alienação fiduciária dos veículos. Tramita na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) uma proposta de sustação da medida governamental, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP).

Serão obrigadas a pagar a taxa todas as pessoas que compraram um veículo a partir da data em que o decreto foi promulgado. "Desta forma, geram-se custos e demora para os consumidores catarinenses." Segundo o deputado, caso essa situação permaneça, "os proprietários de carro vão registrá-los em outros locais", ocasionando prejuízos à administração pública do Estado.

Para fundamentar-se, Godinho citou como exemplo o Estado de Alagoas, onde, por meio de uma sentença proferida pelo ministro Edson Vidigal, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ficou suspensa a exigência do registro



Godinho: "Medida onera o cidadão"

cartorial de veículos alienados fiduciariamente por questões legais. "Nós, deputados, que ouvimos a população, não entendemos a quem servirá a cobrança da taxa."

O trabalho realizado pelas micro e pequenas empresas, que comemoraram no dia 5 seu dia nacional, também foi destacado pelo deputado Sérgio Godinho (PSB), na sessão daquele dia. Ele salientou ainda, que a emenda substitutiva global ao Projeto de Lei nº 95/05, que instituiu o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, aprovada na manhã de quarta-feira (5) pela Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, vai trazer muitos benefícios para o crescimento desses empresários. (SCT/TM)

Odete conclama mulheres a participarem da política

Conforme opinião manifestada pela líder do PL, deputada Odete de Jesus, durante sessão plenária no dia 29, "o momento é propício para a adesão das mulheres à vida pública". Desta forma, a parlamentar conclamou as mulheres catarinense a participar das decisões importantes do Estado. "Venham para a luta político-partidária", convidou Odete.

Com mais mulheres em cargos eletivos, argumentou, o número de projetos e iniciativas sociais seria muito maior, salientando ainda que nenhum grande partido conseguiu cumprir a cota mínima de 30% de mulheres na disputa das eleições de 2002, apesar das mulheres serem a

maioria da população (quase 52%). "Eu arrisco dizer que, com mais mulheres na vida política, teremos menos corrupção e desvio de dinheiro. Meu convite para essa luta é, na verdade, uma convocação. A luta feminina pela igualdade de oportunidade precisa da presença de mais mulheres".

Apesar de serem minoria entre os 513 parlamentares, as mulheres obtiveram a maior quantidade de votos entre todos os candidatos a deputado federal em oito dos 27 estados: Acre, Amazonas, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio de Janeiro e Amapá. O PT elegeu



"Mulheres precisam participar mais."

12 mulheres e é o partido com a maior bancada feminina, informou Odete. (GMP)

Proposta de Aguiar ajusta a política florestal no Estado

O deputado Antônio Aguiar (PMDB) usou a tribuna na sessão de quarta-feira (5) para falar sobre os objetivos do Projeto de Lei nº 395/05, de sua autoria, que iniciou tramitação no dia 4. A proposição acrescenta o parágrafo terceiro ao Artigo 14 da Lei nº 10.472, de 1997, que estabelece a Política Florestal do Estado de Santa Catarina. O parágrafo terceiro refere-se à floresta secundária no estágio inicial de regeneração, às formações vegetais nativas com até 21 centímetros de DAP (Diâmetro à Altura do Peito), e à altura máxima de 10 metros. De acordo com o Artigo 14 da Lei nº 10.472, de 1997, a definição e os parâmetros da vegetação primária e secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração das diferentes formações florestais do Estado serão fornecidos pela Fatma (Fundação do Meio Ambiente). Entende-se por floresta nativa degrada-

da aquela que se encontra descaracterizada por excesso de extração em decorrência da supressão significativa das árvores com valor comercial, ou descaracterizada por insuficiência de regeneração em decorrência da falta de espécies características de cada estágio de sucessão do ecossistema florestal local.

A matéria recebeu elogios do líder da bancada peemedebista, deputado Manoel Mota. "Esse projeto garante a manutenção do campo: quem preservou, quem teve visão de proteção foram abençoados por Deus. O governo federal deve fazer uma lei que possa ressarcir essas pessoas", comentou Mota.

Pesquisa - Aguiar também agradeceu aos parlamentares que aprovaram o projeto que vai criar um centro de pesquisa da Epagri em Canoinhas. "É um projeto de muita importância, que levará qualidade para a agricultura da região". (DAB)

Crise no setor madeireiro mobiliza parlamentares

A demissão de 600 empregados diretos e 400 indiretos nas três filiais da madeireira Araupel, nos municípios catarinenses de Curitiba, Ponte Alta do Norte e Santa Cecília em decorrência da baixa do dólar - conforme justificativa de empresa -, colocou em alerta o Parlamento catarinense. O deputado Onofre Agostini (PFL) foi o primeiro a ocupar a tribuna, no último dia 29, para fazer o alerta e conchamar seus pares a trabalhar por uma solução. Para ele, os parlamentares estão envolvidos demais "em discussões sobre economia e filosofia partidária" e suas ações e discursos estão distanciados da realidade.

Os 600 trabalhadores demitidos, salientou Onofre, não são mão-de-obra qualificada, o que limita o seu retorno ao mercado de trabalho. "Somos os maiores produtores de maçã e alho do mundo e o maior exportador de soja em Santa Catarina. A exportação dos nossos produtos é extraordinária", comentou.

Onofre também destacou matéria publicada na edição do dia 28 do jornal *Diário Catarinense*, que mostra que a queda do dólar está atingindo o setor



Situação do setor se agrava a cada dia, refletindo direta e negativamente na economia estadual

moveleiro de São Bento do Sul. A matéria destaca que as moveleiras do município exportam 90% da produção e são responsáveis por 38% do total das exportações brasileiras de móveis. "O setor produtivo está cada vez mais em

situação dramática", lamentou Onofre. "Apesar disso, o governo anuncia que a economia do Brasil vai bem."

O deputado Sérgio Godinho (PSB) também destacou, na mesma sessão, a crise que afeta o setor, salientando a importân-

cia do trabalho realizado pelos empresários e as vantagens oferecidas aos trabalhadores, bem como os benefícios à economia do Estado. "Não podemos permitir que a situação permaneça como está, pois a produção de madeira é responsável por 60% da economia na região e concentra aproximadamente 700 empresas especializadas na fabricação de móveis compensados, cercas e papel celulose, gerando em torno de 6 mil empregos diretos e 27 mil indiretos."

Godinho solicitou a realização, através da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, de uma audiência pública para debater o problema e encontrar uma solução. "Entre junho e setembro foram fechados 8,17% dos postos de trabalho. Dados como esse são alarmantes e não podem continuar crescendo". A proposição de Godinho foi aprovada e a data para a realização da audiência, a princípio em Plenário, deve ser marcada na próxima semana.

Em aparte, o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) informou que a crise no setor no Planalto Serrano e no Oeste está provocando sérios reflexos no Vale do Itajaí. ((DAB/MAP/TM))

Baldissera discorda da transposição do rio São Francisco

Preocupado com o bispo da cidade de Barra, na Bahia, dom Luiz Flávio Cappio, de 59 anos, em greve de fome há 10 dias, o deputado Pedro Baldissera (PT) questionou, na manhã de quinta-feira (6), durante a sessão ordinária, o projeto de transposição do rio São Francisco. O parlamentar sugeriu o envio de moção ao presidente Lula para a suspensão do projeto e para que o assunto possa ser debatido com a sociedade envolvida no processo.



Baldissera: "Desperdício de recursos"

de Recife, onde será captada a água do projeto de transposição, registrou em cartório sua intenção de morrer "pela vida do rio". Ele diz que só encerrará o jejum mediante a revogação do projeto pelo presidente Lula.

O religioso defende que o governo priorize a revitalização do rio e invista em pequenos projetos de construção de cisternas, açudes e aproveitamento da água da chuva e do subsolo. Cappio classifica a obra de "insana" e "mentirosa" e

diz que o governo "passou um rolo compressor" sobre "pessoas e instituições de gabarito" que poderiam opinar. Ex-militante de campanhas do PT e admirador confesso de Lula, o bispo diz que não participará mais de eventos político-eleitorais. "Quero me abster em termos políticos, mas na pessoa de Lula eu ainda acredito."

Baldissera considera que transpor o "velho Chico" não vai amenizar a seca no semi-árido e desperdiçará recursos comprometendo o desenvolvimento do nordeste brasileiro. "Várias pessoas que trabalham com o meio ambiente levantam alguns questionamentos. Serão destinados R\$ 5 bilhões para o projeto. Esses recursos não só amenizariam a situação das famílias do semi-árido, como resolveriam grande parte dos problemas provocados pela seca ao povo nordestino. Apelo para que o presidente Lula reabra o diálogo."

Greve de fome - O bispo dom Luiz Flávio Cappio não se alimenta desde o dia 26 de setembro, em protesto contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Desde então, ele só ingere água retirada do próprio rio. O bispo, que está em uma capela na zona rural de Cabrobó, a 600 quilômetros

Endossando o colega, o deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT) o presidente Lula precisa dar maior atenção ao caso, pois se o bispo vier a falecer a situação pode se tornar "um problema de proporções internacionais", enquanto o deputado Francisco Küster (PSDB) argumentou que o projeto para o rio São Francisco é uma loucura, como foi o da rodovia Transamazônica. "Eles querem gastar R\$ 5 bilhões para esta obra, mas não liberam nossos R\$ 40 milhões para a duplicação da nossa BR-101." (CA/TK)

Gastos do governo com publicidade provocam debate

Os gastos do governo do Estado com publicidade foram criticados em duas oportunidades em Plenário, na última semana, pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). O parlamentar classificou como absurdo o valor de R\$ 33 milhões, despendidos de janeiro a agosto deste ano com propaganda, enfatizando que esses recursos não se destinaram à publicidade oficial que o governo tem a obrigação de fazer. "Tem mais R\$ 10 milhões previstos no Orçamento do Estado para gastos com publicidade até o fim do ano", completou.

Em resposta, o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), declarou que "trata-se de

um princípio constitucional, de transparência nas ações". Blasi ponderou, afirmando que o petista estaria partindo de uma lógica equivocada para falar sobre os gastos com publicidade, tratando o assunto como desperdício de dinheiro.

"Foi propaganda pessoal e promocional do governador", rebateu Dentinho, argumentando que com esses recursos seria possível pagar 87,94% do valor previsto no projeto de escala vertical de salários dos servidores da segurança pública, aprovado em janeiro de 2004. A proposta prevê a implementação de reajustes escalonados, num prazo de três anos, totalizando 93,81%. (MAP/SD)

Gonçalves critica influência do MST

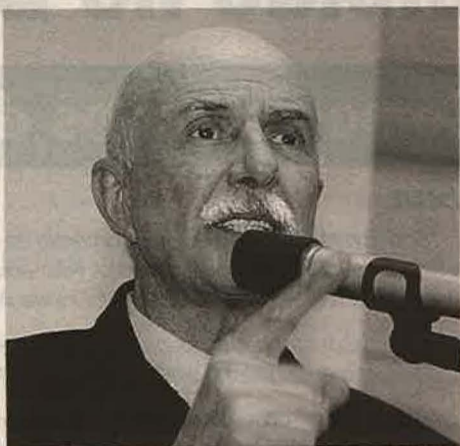
Preocupado com o crescimento do número de integrantes do MST (Movimento Sem Terra), o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) destacou em Plenário, na tarde-feira (27), a força que a mobilização dos trabalhadores do campo vem ganhando ao longo dos últimos anos. O parlamentar disse que os manifestantes procuram envolver a sociedade em geral na

luta por suas conquistas.

"É um absurdo essa invasão do MST na manifestação realizada pela população durante a greve dos ônibus na capital. Quero saber o que eles têm com isso", questionou Gonçalves. Para o deputado, é lamentável presenciar essa situação. "Temos que fazer algo para que a sociedade deixe de ser influenciada pelos manifestantes dos sem-terra". (TM)

Küster comenta greve dos transportes

A paralisação dos motoristas e cobradores do transporte coletivo da Grande Florianópolis, no último dia 28, segundo o deputado Francisco Küster (PSDB), é uma "queda de braço entre empregados e patrões que não pode comprometer o ir e vir das pessoas", disse. O deputado denunciou "uma articulação político-ideológica" para atingir o prefeito Dário Berger, seu correligionário. "As pessoas vêm a cidade naquele caos e lembram primeiro do prefeito. Afinal, o transporte municipal é uma concessão do Executivo", avaliou durante a sessão plenária do dia 29. A paralisação milhares de pessoas sem condições de ir e vir, durante mais de 12 horas.



Tucano: campanha contra Dário

O parlamentar reconheceu que as tarifas do transporte ur-

bano são caras, mencionando que há países onde o combustível utilizado no transporte coletivo de massa é subsidiado pelo governo. Küster também questionou a atuação do Ministério das Cidades. "Não sei para que existe ministro das Cidades. Seria bom que dissesse a que veio para buscar políticas sérias e duradouras para os transportes coletivos

urbanos, que são muito caros", declarou. A pasta do Ministério das Cidades é ocupada por Márcio Fortes de Almeida.

De acordo com informações publicadas na imprensa, os trabalhadores aceitaram as propostas discutidas com representantes das empresas de ônibus durante a tarde do dia 29, na Delegacia Regional do Trabalho, como informou Dionísio Linder, secretário de Finanças, Administração e Assuntos Jurídicos do Sintraturb (Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano). Os itens acordados incluem garantia de que não haverá demissões nos próximos 45 dias, a assinatura da convenção coletiva de trabalho dentro de 15 dias e o repasse da contribuição sindical para o Sintraturb, de acordo com informação veiculada na imprensa. (MAP)

Portaria sobre retorno do ICMS ainda preocupa Vieirão

Preocupado com os efeitos que a Portaria nº 137/05, da Secretaria da Fazenda, poderá ocasionar aos municípios de pequeno e médio porte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) voltou ao assunto na quarta-feira (5), lendo um documento enviado à Fecam (Federação Catarinense de Municípios). A Portaria dispõe sobre o cálculo do valor adicionado do ICMS. No documento, enviado pela procuradora do Estado, Angela Cristina Pelicoli, a Federação afirma que a portaria é ilegal, devendo ser revogada para evitar problemas maiores ao erário. Segundo o parlamentar, a

inserção da diferença positiva dos estoques determinada pela Portaria produz grave distorção nos índices de participação dos municípios, privilegiando aqueles com maior número de empresas. Estes terão maior valor de estoque, em detrimento dos menores, cuja atividade industrial e comercial tem expressão reduzida.

Vieirão ainda destacou que o documento já foi enviado há um mês e nenhuma providência foi tomada. "Há exatamente 30 dias o parecer dizendo que a Portaria é inconstitucional foi enviado à Secretaria da Fazenda

e nada foi feito. Quando a Procuradoria diz que é inconstitucional, não há discussão. O que eu acho é que Santa Catarina quer descumprir uma lei federal".

Resposta - Em aparte, o deputado Gelson Sorgato (PMDB) informou que o secretário da Fazenda, Max Roberto Bornholdt, vai discutir com a Fecam a Portaria para que não haja nenhum prejuízo aos pequenos e médios municípios catarinenses. "Essa Portaria que se refere ao retorno do ICMS aos municípios vai ser amplamente discutida com a Fecam para encontrar uma saída que não prejudique ninguém." (GMP)

BR-470 preocupa Ana Paula

O amplo calendário de festas nesse mês de outubro em Santa Catarina, principalmente as que acontecem no Vale do Itajaí, como a Fenarreco, em Brusque, a Marejada, em Itajaí, e a Oktoberfest, em Blumenau, aumentam o tráfego nas rodovias que cortam o Estado. A situação da BR-470, que passa pelo região, é "reprovável" salientou Ana Paula Lima (PT), em pronunciamento na plenária do dia 6.

A deputada, que já entrou em contato com vários setores do governo para que algo

seja feito em prol das melhorias desta rodovia, lamentou que nada tenha sido feito ainda. "Já falei com o deputado Edinho Bez (PMDB/SC), quando foi secretário da Infraestrutura, e com o atual secretário Mauro Mariani (PMDB). Também entrei em contato com o secretário do Desenvolvimento Regional de Blumenau e até mesmo com o governador Luiz Henrique, mas nada foi feito e esta rodovia encontra-se em estado de calamidade." (DAB)

DOS GABINETES

Antologia

Um Rio de Letras - volume II, antologia literária que reúne 64 autores de poesia e prosa integrantes da Sociedade Escritores de Blumenau (SEB), será lançada na noite do dia 19 de outubro de 2005, às 19h, na Assembléia Legislativa. O lançamento tem o apoio da deputada Ana Paula Lima (PT). *Um Rio de Letras - v. II*, tem 184 páginas divididas em verso e prosa e apresenta um panorama contemporâneo da escrita no Vale do Itajaí.

A capa foi especialmente produzida numa aquarela da artista plástica Imamaiah. Em

suas páginas poderão ser apreciados escritos do jornalista Magru Floriano, do poeta Marcelo Steil, da autora infantil Maria de Lourdes Scottini Heiden, do professor Roberto Diniz Saut, do artista plástico Roy Kellermann, do crítico Wilson Nascimento, e da historiadora Christina Baumgarten.

A SEB é uma entidade cultural sem fins lucrativos com mais de 80 membros e tem como objetivos difundir a literatura, estimular a escrita, formar leitores e divulgar Blumenau como pólo da literatura estadual. (UW)

Mau cheiro

O deputado Paulo Eccel, líder da bancada do PT, enviou ofício no dia 4 aos órgãos que participam da comissão formada para resolver a questão do mau cheiro em vários bairros de Brusque. Há três meses, a Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Polícia Ambiental, Ministério Público, Vigilância Sanitária, Samae (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto), Fundação Municipal de Meio Ambiente e diversas Associações de Moradores se reuniram na prefeitura para discutir o tema e definir uma política de fiscalização na poluição dos rios.

"Foi a primeira vez que todos os órgãos se reuniram para uma ação comum voltada à penalização de quem está poluindo o rio em nossa cidade, causando o mau cheiro", disse Eccel, que também participou da reunião. O ofício solicita informações acerca dos encaminhamentos adotados em cada órgão - membro da comissão - em

relação ao problema do mau cheiro, que continua afetando o município. "Temos contato direto com as comunidades envolvidas e somos constantemente cobrados, pois ao que nos parece, o mau cheiro continua existindo, e não há uma ação concreta para resolver esta questão", preocupa-se Eccel. "Quero receber o relatório detalhado das ações efetivas de cada órgão, na busca de soluções para os graves problemas ambientais que passa nosso município", encerrou Paulo Eccel.

Comissão - A comissão foi criada após a audiência pública realizada pelo deputado Eccel, no dia 28 de abril deste ano. Na ocasião, a Fatma comprometeu-se em enviar um laudo avaliando a situação do município. Mas esse laudo não deixou a população satisfeita, pois não evidenciou a real situação enfrentada pela comunidade local, diagnosticando apenas "um leve odor na região". (CM)

Transgênica

A ampliação da abrangência até Santa Catarina, da área onde agricultores poderão se utilizar de sementes de soja transgênica, está sendo solicitada pelo deputado Gelson Sorgato (PMDB), que apresentou moção aprovada pela Assembléia Legislativa, endereçada à Presidência da República, ao Ministério da Agricultura e aos integrantes da bancada federal no Congresso. A moção pede a ampliação da regra prevista em decreto que prorrogou, apenas para o Rio Grande do Sul, a permissão do plantio transgênico por mais uma safra.

Sorgato vem constatando, em várias regiões, a apreensão de produtores rurais descapitalizados para a compra de novas

sementes, que pretendem utilizar reservas próprias transgênicas, sobras da safra passada. A permissão dada aos agricultores gaúchos, no início de setembro, levou em conta efeitos das estiagens registradas nos últimos anos e limitou o uso das sementes geneticamente modificadas às reservas dos produtores, vedando a comercialização. "Queremos exatamente o mesmo tratamento", explica Sorgato, que na moção aponta os prejuízos agrícolas registrados em Santa Catarina, a partir de 2003, e seus reflexos na economia, como motivo para sustentar a extensão da permissão às lavouras transgênicas para a próxima safra. (EPS)

Referendo

O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?

Sim ou Não?

Os brasileiros vão às urnas no próximo dia 23 de outubro, para referendar ou não o dispositivo do Estatuto do Desarmamento (Lei federal nº 10.826, de 2003) que proíbe a comercialização de armas de fogo e munição em nosso território.

De acordo com a legislação, a posição vencedora (por maioria simples) entrará em vigor no mesmo dia em que o

TSE divulgar o resultado oficial do referendo.

A participação do eleitor no referendo seguirá os mesmos procedimentos utilizados nas eleições gerais e municipais.

O Parlamento tem discutido a questão em debates no Plenário e em audiências públicas específicas. Uma Frente Parlamentar pelo Sim já foi formalizada e há proposta de constituição da Frente pelo Não, sugerida pelo deputado Gelson Merísioo (PFL).

O que é referendo

Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa (Lei nº 9.709/98, art. 2º). A diferença entre um e outro é meramente temporal: o plebiscito é uma consulta formulada antes da elaboração de uma lei, enquanto o referendo é a consulta formulada ao povo sobre um ato legislativo já existente.

Frente pelo desarmamento é lançado em Plenário

A Frente Parlamentar Catarinense pelo Desarmamento, uma extensão da Frente Brasil sem Armas, foi lançada na tarde de quinta-feira (29), no Plenário, sob a liderança do deputado Paulo Eccel (PT). Durante o evento foi assinado o Manifesto dos Parlamentares Catarinenses, no qual são apontados alguns dos motivos que os levaram a entrar na campanha nacional pelo desarmamento.

Assinaram o manifesto todos os deputados federais do PT de Santa Catarina, toda a bancada estadual, além da senadora Ideli Salvatti, e dos vereadores Manoel Scheimann da Silva (PT), de Palhoça, Angela Albino (PCdoB), de Florianópolis, e Maria Emília de Souza (PT), de Blumenau.

Como em todos os processos eleitorais no Brasil, o voto será obrigatório. As campanhas em horário eleitoral nos rádios e redes de televisão - dos defensores e dos contrários à comercialização de armas - começaram no dia 1º de outubro.

Eccel salientou que o Referendo é como qualquer outra eleição. "Todos que tenham acima de 18 anos são obrigados a votar e para quem tem entre 16 e 17 anos o voto é fa-

cultativo. Vão responder a favor ou contra a venda de armas. Nós representamos a Frente Brasil Sem Armas, liderada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL)."

Para o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) o desarmamento é fundamental para o país. "A segurança é uma obrigação do Estado, é o governo que tem que nos dar segurança. O bairro Jardim Paraíso, em Joinville, abriga 5% da população total da cidade. Entretanto, o índice de crimes chega a 40% dos casos. O uso de arma de fogo não traz resultado algum."

O calendário apertado para um assunto que gera muita polêmica foi lembrado pelo deputado Vanio dos Santos (PT). "O assunto gera ações equivocadas. A população acredita que com mais policiamento os problemas vão ser resolvidos, quando a política pública tem que ser repensada."

O deputado federal Mauro Passos (PT) afirmou que o uso de armas de fogo mata mais que qualquer guerra. "Precisamos ter a clareza de que a comercialização agrava o problema quando é manuseado por adolescentes". Os vereadores se comprometeram em levar o debate para os seus municípios. (DAB/GMP)



Antônio Rangel, sociólogo

Palestra

O sociólogo e coordenador do Projeto de Controle de Armas da ONG Viva Rio e da Frente Brasil sem Armas, Antônio Rangel Bandeira, falou que o maior motivo de participar da campanha é saber que enquanto na Inglaterra morrem 88 pessoas por ano, por causa de armas de fogo, no Brasil morrem em média 100 pessoas por dia. "São índices maiores do que em países com conflitos armados. O nosso maior problema é a falta de informação científica. É a falta de dados que nos permitam refletir", disse.

De acordo com suas informações, 33% das armas utilizadas em assaltos foram roubadas de residências, 56 mil, em média. Em 2004, mais de 53 mil armas foram vendidas. Ele disse ainda que os assaltantes contam com o elemento surpresa, o que derrubaria a hipótese do uso da arma em defesa própria. (DAB/GMP)

Como votam os deputados

Sim

"Sou favorável à proibição do comércio de armas de fogo. O referendo é uma forma de iniciar o desarmamento. Não adianta proibir o porte de armas se é permitida a sua comercialização." Onofre Agostini (PFL)

"Estou acompanhando as propagandas e estudando os prós e os contra. Mas, provavelmente, votarei sim". Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)

"Sou a favor do desarmamento, mas acho que devemos discutir o montante de dinheiro que o governo federal está gastando com esse referendo. Outra questão se refere ao fato de estarem proibindo o direito ao livre arbítrio." Celestino Secco (PP)

"Que sociedade teremos com crianças que só convivem com violência e carregando consigo objetos que incentivam toda prática de agressão?". Odete de Jesus (PL), que é pelo fim do comércio de armas, lembrando do Dia Estadual de Desarmamento Infantil (12 de outubro), originado de proposta sua.

Não

"Sou contra a proibição do comércio de armas porque teria que proibir outras ferramentas que matam, como os carros e as armas brancas, como as facas. Esta ação vai desarmar as pessoas de bem e deixar os bandidos armados?" Francisco Küster (PSDB)

"O cidadão deve ter direito ao porte de armas ou de ter uma arma em sua casa para defesa pessoal." João Henrique Blasi (PMDB)

"Vão desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados. No Brasil, há 2 milhões de armas legalizadas e 50 milhões ilegais. Vai permitir o contrabando e proibir a venda de armas legais". Romildo Titon (PMDB)

"Cria uma possibilidade de desarmar a população e deixará os criminosos com mais poder de intimidação. Torna a sociedade vulnerável à ação marginal." Sérgio Godinho (PSB)

"O uso de armas é um direito de defesa desde que seja de uma forma legal. Atingirá somente pessoas que têm o porte legal." Gelson Merísioo (PFL)

"Sou radical e convictamente contra. Primeiro que se desarme o bandido, e depois as pessoas de bem. Há muitos assuntos mais importantes que este, que só serve para desviar o foco." Antônio Ceron (PFL)

"Esta proibição deixará o marginal mais seguro para agir criminalmente. O Estado não está aparelhado para garantir a segurança do cidadão. Eu voto não." Joares Ponticelli (PP)

"O bandido não se interessa pelas armas que a sociedade civil tem, pois as armas que eles utilizam são muito mais modernas e sofisticadas." Jorginho Mello (PSDB)

"Só vai tirar de circulação as armas legalizadas. E as armas do bandido? Esse referendo é o fim." Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)

"Se fosse uma medida que atingisse toda a população, eu até seria contra, mas só vai tirar as armas legalizadas de circulação. Ter uma arma em casa é um direito nosso e temos que ser respeitados." Genésio Goulart (PMDB)

"Querem desarmar pessoas de bem que pagam seus impostos, vão tolher um direito do cidadão." Antônio Aguiar (PMDB)

"É lamentável que o Brasil caia nessa armadilha e vote a favor do desarmamento." Nilson Gonçalves (PSDB)

Indecisos

"Ainda não tenho uma opinião formada. Sou a favor do desarmamento, mas a partir do momento que o governo se responsabilize pelas mortes causadas por arma de fogo, que responda processo criminal e pague indenizações, e não com os valores do hoje." Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT)

"Estou analisando friamente este referendo, pois posso influenciar o seguimento que represento. Sou contra matar." Narcizo Parisotto (PTB)

"Estou indeciso por uma razão: vamos desarmar a população, e os bandidos como vão ficar? A população ter arma em casa para legítima defesa não está fora do contexto. Vai aumentar o número de assaltos em residências. Já que a sociedade não vai mais ter armas de fogo, os assaltantes vão invadir as casas com facas". Manoel Mota (PMDB)